



1290000847



IE

TCC/UNICAMP So85p

ok

RELATORIO FINAL DE MONOGRAFIA

TEMA: "OS PRODUTOS AGROPECUARIOS NO CONTEXTO DO MERCOSUL"

ALUNA: GLAUCIA ALVES DE SOUSA

RA: 881600

PROFESSOR ORIENTADOR: RINALDO B. FONSECA

Revisado (Nacional)
Campinas, 26 de novembro de 1993.

CENTRO DE DOCUMENTACAO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

INDICE

I - Introdução	01
II - Os Antecedentes do Mercosul	03
III - Os Custos de Produ�o no Brasil e na Argentina	14
III.1 - O Peso dos Tributos nos Custos de Produ�o	16
III.2 - O Peso dos Insumos sobre os Custos de Pro- du�o	20
III.2.1 - A Diferença de Produtividade e Custos	25
III.3 - O Peso dos Custos de Comercializa�o nos Custos de Produ�o	30
IV - A Questão dos Mercados Consumidores	33
V - Considerações Finais	36
VI - Anexo 1	38
VII - Notas	44

VIII - Bibliografia	46
---------------------------	----

I - INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira, no que se refere a sua inserção nos mercados internacionais, defronta-se, nesta década, com um novo quadro: os megablocos econômicos recém-formados marcam o início de um mundo cada vez mais multipolar. Além da integração europeia (Comunidade Econômica Europeia), há outros blocos se constituindo, como o NAFTA (EUA, Canadá e México). O bloco dos países do sudeste asiático e o Mercosul ((Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai)).

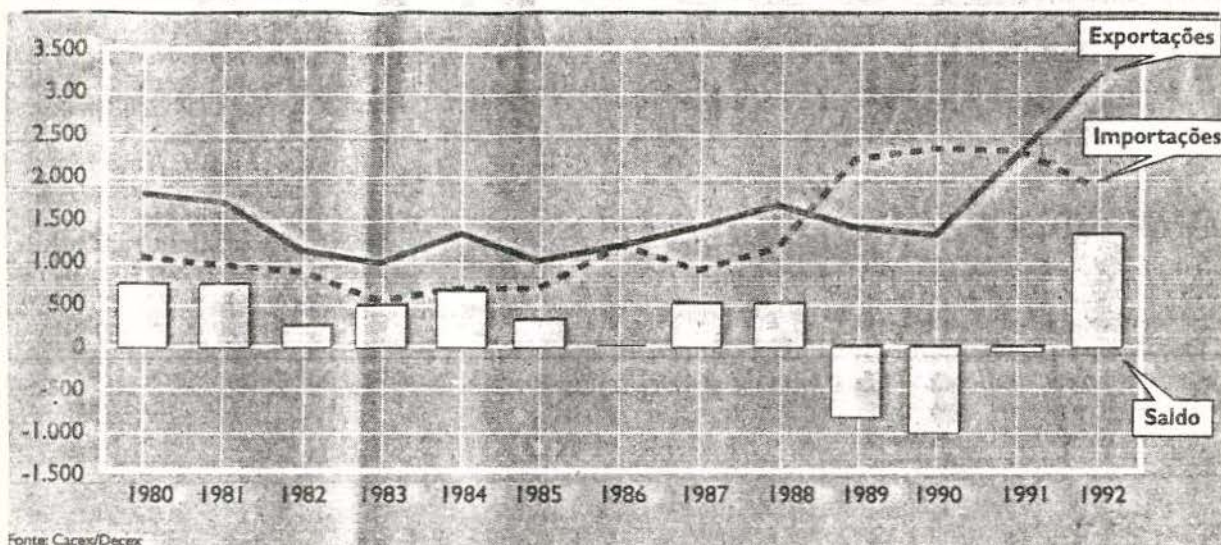
/ O Mercosul, criado a partir do Tratado de Assunção de março de 1991, fixa a data de 01.01.1995 para sua implementação definitiva. Não se trata apenas de um acordo comercial, mas sim da criação de um mercado comum, com fluxos de mercadorias, serviços, capital e mão-de-obra.

Para o BRasil, o setor agrícola é, certamente, o mais sensível à integração. Por volta de 60% das mercadorias importadas da região pelo Brasil são agrícolas. Por outro lado, os produtos agrícolas representam somente 10% das exportações brasileiras para os três parceiros.

Pré-afirmação

BALANÇA COMERCIAL BRASIL X MERCOSUL

Exportações e importações em US\$ bilhão



FONTE: CACEX/DECEX (Folha de São Paulo, 06.10.92, p.5-3)

Este é outro

Existem alguns produtos que são considerados mais sensíveis à integração, como o trigo, o milho, o arroz, a soja, o leite, carnes, frutas temperadas e hortícolas, como o alho, a cebola. Essa maior sensibilidade deve-se à maior competitividade dos mesmos produtos argentinos. Essa monografia tentará analisar o comportamento dos custos de produção de alguns desses produtos (soja, trigo, leite e carne bovina) a fim de tentar esclarecer motivos da baixa competitividade brasileira no setor agropecuario, principalmente em relação à Argentina.

II - OS ANTECEDENTES DO MERCOSUL (1)

A integração regional latino-americana já era enfatizada no início dos estudos apresentados pela CEPAL, sendo vista como uma possibilidade de complementação ao processo de substituição de importações considerado necessário à industrialização tardia pelos pensadores daquele organismo.

As tentativas de integração regional iniciaram-se com a criação da ALALC pelo Tratado de Montevideu (1960), que a partir de 1980 foi transformada em ALADI. A ALADI tinha como objetivo o incentivo ao comércio intra-regional, através de realizações de acordos bilaterais, sem maiores ambições que não fossem interessantes para cada país. As tentativas anteriores à ALADI, de estabelecimento de acordos multilaterais, fracassaram. Um instrumento multilateral criado pela ALADI, em vigor a partir de 1984, foi o PAR (Preferência Alfandegária Regional), que determinava a redução das tarifas alfandegárias para importação de produtos regionais entre os países membros. Este instrumento foi um antecedente de importan-

o fundamental do Mercosul.

O momento decisivo para que se iniciasse a pensar sobre a integração dos países do Cone Sul foi em 1985, quando Brasil e Argentina firmaram a Declaração de Iguacu. Os dois países passavam por situação semelhante: retorno ao sistema político democrático após período de ditadura militar e situação de desequilíbrio econômico-social neste momento de transição. O comércio bilateral entre os dois países, que sofreu expansão nos anos 70, estava reduzindo-se devido à crise da dívida externa vivida por ambos, o que acarretava desequilíbrios externos grandes.

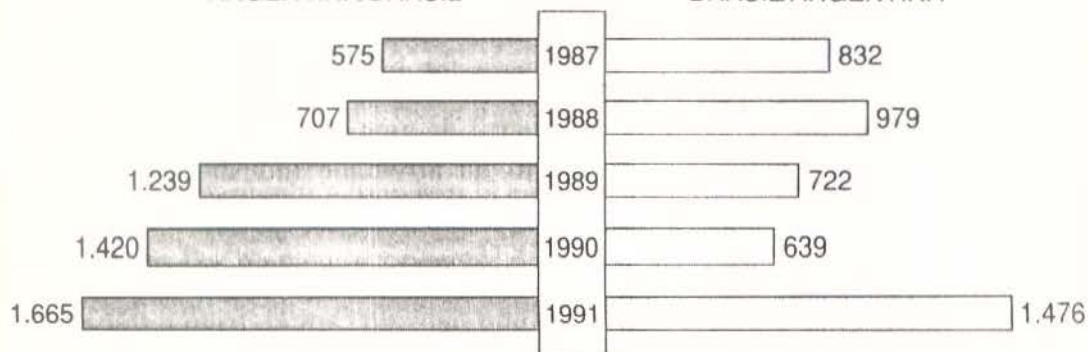
As relações entre Brasil e Argentina, a partir da Declaração de Iguacu, estreitaram-se em diversos aspectos. Do ponto de vista econômico, tais relações foram sistematizadas em 1986 pelo PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica), sendo este seguido por mais vinte e quatro protocolos. O PICE tinha como finalidade a abertura de um espaço econômico comum, com liberação seletiva de mercados e incentivo à complementação de setores econômicos dos dois países. O programa enfatizava o comércio de bens de capital e siderúrgicos, por terem tais produtos importância estratégica para os dois países. Também estimulou a complementaridade dos setores de abastecimento alimentar, incentivando importações de trigo argentino pelo Brasil. No período de 1986/1990 o comércio bilateral entre os dois países voltou a se expandir, sendo o saldo favorável à Argentina.

V. P. P.
G. P. P.

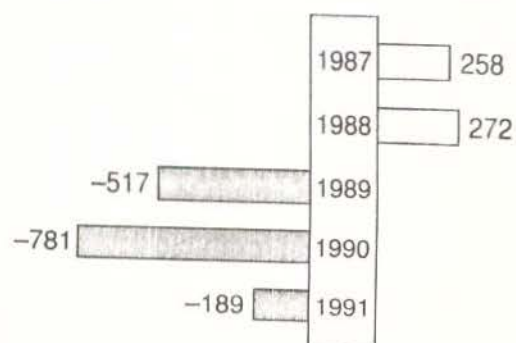
INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ Milhões - FOB)

ARGENTINA/BRASIL

BRASIL/ARGENTINA



COMÉRCIO BILATERAL COM A ARGENTINA
SALDO DO BRASIL
(US\$ Milhões - FOB)



Fonte: Simonsen Associados (1992), p. 25.

A conjuntura internacional da segunda metade dos anos 80 marca a exclusão dos países do Cone Sul do dinamismo da economia internacional. Neste sentido, continuaram os problemas macroeconômicos internos desses países. No início da década de 90, os governos desses países implementam políticas recomendadas pelo chamado "Consenso de Washington" (liberação de fluxos comerciais, atracção de capitais externos, desregulamentação econômica, redução da participação do Estado na economia, regime de privatizações, subordinação política-econômica a órgãos internacionais como o FMI, BID e Banco Mundial). Houve necessidade de redefinição dos acordos bilaterais Brasil-Argentina vigentes. Em 1990 os presidentes Fernando Collor de Mello (Brasil) e Carlos Menem (Argentina) assinaram a Ata de Buenos Aires que previa a constituição de um mercado comum até 1994 entre os dois países. Em agosto do mesmo ano, Uruguai e Paraguai juntaram-se ao processo de integração, dando início ao estabelecimento do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

O Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, com o objetivo de promover a integração dos países do Cone Sul e, assim, aderir à "nova ordem internacional", caracterizada pela organização de grandes blocos político-econômicos e pela crescente interdependência econômica entre os países. A pretensão é de que o processo de integração tenha sido totalmente implementado até 31.12.1994.

O Tratado de Assunção entrou em vigor em 29.11.1991 e objetivava basicamente:

- a) inserir as economias dos quatro países no contexto mundial mais competitivamente;
- b) favorecer economias de escala;
- c) estimular o comércio dos países membros do Mercosul com o resto do mundo;

d) estimular a abertura das economias dos quatro países;

e) dirigir as ações sociais como um todo e as ações do setor privado para o processo de integração, pois tais forças são a alavancagem do processo.

A definição do conceito de "mercado comum" constante no Tratado de Assunção inclui a necessidade de existência dos seguintes elementos:

a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países:

b) estabelecimento de tarifa alfandegária externa comum:

c) adoção de uma mesma política comercial em relação a outros países ou blocos econômicos;

d) coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais entre os países membros.

O Tratado de Assunção está sendo implementado progressivamente. A liberação está sendo efetuada aos poucos e objetiva chegar, em fins de 1994, à "tarifa zero" para todos os produtos. Também a coordenação de políticas macroeconômicas será implementada paulatinamente, através de programas de desagravação tarifária. Tal desagravação deverá ser progressiva, linear e automática. Até 01.07.1992 ela atingiu 61% e deverá ir aumentando 7% a cada semestre.

Os estudos realizados sobre a integração prevêem quatro etapas para que ela se complete. Tais etapas são as seguintes (ordem crescente):

1a.) ZONA DE LIVRE COMERCIO: fim das tarifas entre os componentes e integração cultural.

2a.) UNIAO ADUANEIRA: adoção de uma mesma postura em relação à questão tarifária pelos países membros do Mercosul frente ao resto do mundo. A Zona de Livre Comércio continua sendo mantida. Esta etapa é considerada a etapa de maior dificuldade de implementação, pois são previstos diversos pontos de conflito por decisões que sejam tomadas unilateralmente, em no-

se dos interesses próprios dos países.

3a.) MERCADO COMUM: além das duas configurações anteriores, esta etapa implementa a livre circulação dos fatores de produção (capital e trabalho) entre os países membros.

4a.) COMUNIDADE ECONOMICA: adoção de políticas uniformes relativas à moeda, crédito, gastos governamentais, tributação, etc.. Os países membros, de certa forma, renunciam à gestão de suas políticas econômicas próprias.

Na opinião de Chalout (1992), até 1995 o Mercosul não ultrapassará a etapa da Zona de Livre Comércio. O processo de integração pode-se tornar mais complexo na medida em que outros países manifestem-se propensos ao ingresso. A Bolívia e o Chile estão estudando essa possibilidade. A integração poderá ser dificultada pela existência de acordos bilaterais entre países membros e entre estes e outros países, como o Acordo de Investimentos Argentina - E.U.A.(1991). Dentre os países integrantes do Mercosul o Brasil representa, atualmente, o maior obstáculo à "integração plena", pois seu quadro político, econômico e social extremamente desestabilizado acaba comprometendo a implementação das cláusulas do Tratado. A Argentina, que apresenta-se momentaneamente estabilizada através do programa de dolarização da economia efetuado através do Plano Cavallo, exige do Brasil providências no sentido da estabilização para a continuidade do processo integrativo, ao mesmo tempo que avança espaço em outros mercados, como acordos com os E.U.A., vislumbrando inclusive possibilidade de ingresso no NAFTA.

Para implementar-se medidas de transição de uma etapa a outra, até atingir-se o Mercado Comum e a Comunidade Econômica, o Tratado de Assunção estabeleceu dois órgãos: o Conselho do Mercado Comum e o Grupo do Mercado Comum. O Conselho é formado pelos ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países participantes. O Grupo Mercado Comum é um órgão

o comitê permanente, formado por representantes dos Ministérios da Economia e dos Bancos Centrais dos referidos países. Tal grupo desmembrar-se em dez subgrupos, que se encarregam de elaborar e desenvolver os temas especiais estabelecidos pelo Tratado. Os subgrupos são:

- SUBGRUPO 1 : assuntos comerciais;
- SUBGRUPO 2 : assuntos aduaneiros;
- SUBGRUPO 3 : normas técnicas;
- SUBGRUPO 4 : políticas fiscal e monetária relacionadas ao comércio;
- SUBGRUPO 5 : transporte terrestre;
- SUBGRUPO 6 : transporte marítimo;
- SUBGRUPO 7 : política industrial e tecnológica;
- SUBGRUPO 8 : política agrícola;
- SUBGRUPO 9 : política energética;
- SUBGRUPO 10 : coordenação de políticas macroeconômicas
- SUBGRUPO 11 : relações trabalhistas

Dentro desta pesquisa, o subgrupo 8 é o de maior interesse. Cabe salientar que tal subgrupo não trata apenas de políticas agrícolas. Engloba também o subsetor da agroindústria e, em conjunto com o subgrupo 7, torna-se responsável pelas políticas agropecuárias, de indústrias de alimentos, agroindústria e normatização técnica de zoo e fitossanidade. Tal definição é positiva para o Brasil, pois os produtos brasileiros exportados, como a carne congelada, o farelo de soja, o suco de laranja, representam um maior valor agregado. Tal fato não ocorre com a Argentina. Esta desenvolveu suas exportações baseadas nos produtos primários e transformou-se em tomadora internacional de preços. Cabe salientar que o volume, em termos de comércio entre os países do Mercosul, sob a responsabilidade do subgrupo 8, representa 1/3 do comércio total.

Em prática, os componentes principais do Tratado de Assunção, que articulam a etapa de transição até 1974 são o programa de liberação comercial, o regime de origem das mercadorias e o regime de solução de controvérsias e salvaguardas.

A tabela a seguir mostra detalhadamente o cronograma de preferências alfandegárias, com crescimento linear semestral de 7%, relativo ao período de transição.

Tabela 1

PERCUNUL

CRONOGRAMA DE REDUCAO DA TARIFA ALFANDEGARIA
EVOLUCAO DA PREFERENCIA ALFANDEGARIA

TAXAS PRATICADAS (%)	1991		1992		1993		1994	
	JUN	DEZ	JUN	DEZ	JUN	DEZ	JUN	DEZ
0 - 40	47	54	61	68	75	82	89	100
41 - 45	52	59	66	73	80	87	94	100
46 - 50	57	64	71	78	85	92	100	
51 - 55	61	67	73	79	86	93	100	
56 - 60	67	74	81	88	95	100		
61 - 65	71	77	83	89	96	100		
66 - 70	75	80	85	90	95	100		
71 - 75	80	85	90	95	95	100		
76 - 80	85	90	95	100				
81 - 85	89	93	100					
86 - 90	98	100						
91 - 95	100							
96 - 100								

FONTE: Simonsen Associados (1992), p.32.

O referido regime geral prevê uma lista de exceções de produtos considerados "sensíveis" pelos respectivos países. Esta lista é composta por produtos negociados na ALADI. O quadro atual é o seguinte:

- Argentina: 394 produtos
- Brasil: 324 produtos
- Paraguai: 439 produtos
- Uruguai : 960 produtos

Os produtos constantes dessa lista estão sendo negociados caso a caso. Tais exceções deverão desaparecer até o fim do período de transição previsto.

O regime de origem dos produtos considerado pelo Tratado de Assunção, define quais as condições necessárias para que um produto seja considerado originado de um dos países membros. Tal regime refere-se principalmente à exclusão de produtos originários de operações de montagem, embalagem ou fracionamento, que não passam por processo de transformação ou que não utilizam matérias-primas ou insumos de origem local. Os países participantes poderão acordar entre si outros critérios para se definir a origem dos produtos.

O Tratado de Assunção não estabeleceu uma regra rígida para a solução de controvérsias. Elas poderão ser solucionadas através de processo de negociação direto entre os participantes. Em não se atingindo um consenso, deve-se pedir ao Grupo Mercado Comum que apresente a solução final.

As cláusulas de salvaguarda permitem a um país membro limitar a importação de algum produto beneficiado pelo programa de liberação comercial. Elas foram estabelecidas para dois casos específicos:

- em casos de danos causados pela importação de um ou mais bens;
- quando fatos de origem regional ou extrarregional afetem a situação do país.

Os governos entendem que para se elevar a competitividade interna e externa de seus produtos, devem aumentar a especialização, baseados no princípio das vantagens comparativas regionais e economias de escala. Para a consolidação do Mercosul os países membros necessitam alcançar maior êxito com terceiros países. Nesse sentido, o subgrupo B procura mostrar como é fundamental para a política agrícola as economias de escala e a

complementaridade econômica. Este subgrupo busca formular uma política direcionada para setores considerados mais sensíveis nesse sentido, favorecendo a livre circulação de bens entre os países membros, visando facilitar a dinâmica entre as cadeias produtivas. Isso induz cada vez mais as economias de escala, a diversificação e a complementaridade econômica.

Existem alguns obstáculos próprios de processo de integração. Dentre eles podemos citar alguns:

- o desequilíbrio macroeconômico do processo de estabilização entre o Brasil e os demais países membros. Assim, deve-se priorizar a harmonização de políticas cambial, fiscal e monetária;
- o aprofundamento das disfunções estruturais já existentes. Um exemplo desse fato é a proteção dada a segmentos ineficientes penalizando o todo do sistema produtivo agropecuário brasileiro. A razão disso é o atraso tecnológico existentes em alguns segmentos de produção e/ou industrialização de produtos e insumos agroindustriais. Tal atraso foi alimentado muito tempo por tabelamento de preços e desarticulação entre os setores produtivos e setores de desenvolvimento tecnológico. Na Argentina, 1,5% do valor FOB da produção agrícola exportada é destinado a investimento em pesquisa tecnológica agrícola ;
- o preço dos insumos brasileiros, que são muito elevados, especialmente a Argentina. Referindo-se à produção brasileira de insumos agrícolas, tem-se que a capacidade instalada nacional tem alto índice de ociosidade. A inflação, as políticas de controle de preços e subsídios acabam por alimentar essa ineficiência, através do repasse dos custos aos preços. A má localização das indústrias, principalmente a de fertilizantes, acentua a dificuldade. Tais indústrias localizam-se basicamente no litoral, enquanto as principais jazidas de calcário estão no interior;

políticas comerciais e tarifas praticadas pelos países membros em relação a outros países são diferentes. As tarifas brasileiras são maiores que a dos demais países. Deste fato deriva uma triangulação de produtos vindos de terceiros países para o Brasil, visando aumentar a participação desses no mercado interno nacional, chegando-se a atingir setores produtivos de maneira desleal.

- A elevada carga de tributação indireta brasileira, o que coloca nossos produtos em desvantagem, tanto no mercado interno quanto no externo, em relação aos demais membros do Mercosul.

III- OS CUSTOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA (2)

O Mercosul, ao promover a integração econômica dos países participantes, deve provocar impactos nas economias internas de cada um. Existem interesses particulares de cada membro em incluir ou excluir determinado segmento de sua economia como passível ou não de ser atingido pelas cláusulas do Acordo de Assunção. O regime geral de preferências propõe a redução das tarifas alfandegárias como regra geral. No entanto, existe uma lista de exceções de produtos considerados sensíveis à integração. Para esses produtos, o processo de redução alfandegária é negociado caso a caso, independente do regime geral de preferências.

Existe uma grande discussão em torno dos impactos da integração para o setor agropecuário nacional. Uma análise preliminar apontaria para impactos negativos para este setor econômico nacional dadas as vantagens que a Argentina possuiria nessa área. Diz-se que a entrada de produtos agropecuários argentinos no Brasil impactaria negativamente sobre este

produto nacional devido aos seguintes aspectos:

- a Argentina possui vantagens comparativas naturais em relação ao Brasil, devido à existência de solos férteis, com alta produtividade e clima adequado à cultura de algumas espécies, o que implicaria em uma menor necessidade de utilização de insumos químicos;
- o Brasil apresentaria nível de tributação indireta muito elevado, o que encareceria o produto nacional frente ao argentino;
- o Brasil possuiria custos elevados de comercialização, transportes e serviços portuários.

O objetivo deste capítulo é mostrar até que ponto tais pressupostos podem ser considerados compatíveis com a realidade e, por conseguinte, a possibilidade do processo integrativo previsto pelo Mercosul causar impactos negativos ao setor agropecuário nacional.

Existem alguns produtos que são considerados "sensíveis" à integração, embora não façam, necessariamente, parte da lista de exceções. Tais produtos possuem esta qualificação por apresentarem forte concorrência com os argentinos. Alguns exemplos são: soja, trigo, milho, arroz, leite, carne bovina, cebola. O Brasil é altamente competitivo em produtos de clima tropical, como o açúcar, o café, o cacau, cítricos e frutas tropicais. Para se atingir o objetivo da pesquisa, foram escolhidos quatro produtos: trigo, leite, soja e carne bovina. Será desenvolvida uma análise dos custos de produção dos mesmos no Brasil e na Argentina para que se comprove ou não os pressupostos mencionados(3).

Os aspectos que serão fundamentalmente analisados serão a tributação, os custos com insumos e custos de transporte e comercialização. Era intenção analisar o custo de mão-de-obra, porém não foram encontrados dados disponíveis para a análise.

Os dados foram retirados de pesquisa desenvolvida pela Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral/ IPARDES (PR). As fontes de informações para as planilhas de custos apresentadas na pesquisa foram dados trocados oficialmente entre Brasil e Argentina relativamente aos custos de produção e comercialização dos produtos em estudo. A pesquisa foi realizada junto aos principais órgãos públicos, representantes empresariais e cooperativas de cada país, o que permitiu agregar informações qualitativas e outros elementos das estruturas de custo. A metodologia utilizada na montagem das referidas planilhas foi bastante heterogênea. Cada item exigiu rígida seleção, compatibilização e crítica das informações até que se chegou a uma estrutura básica representativa e que permite avaliação comparativa. Assim, tais planilhas representam, em uma primeira aproximação, uma comparação entre os principais itens de custo. É uma primeira aproximação no sentido de que será necessário ainda muito esforço para se chegar a informações totalmente compatíveis com a realidade. Existem constantes alterações e distorções na estrutura dos custos relativos, o que torna um ajuste mais difícil.

Foram utilizadas, basicamente, as informações dos seguintes órgãos:

- a) Brasil (PR): SEAB/DERAL, OCEPAR, MARA/CONAB/EMBRAPA;
- b) Argentina: Secretaria de Agricultura Ganaderia y Pesca de la Nación - Servicio Nacional de Economia y Sociologia Rural, CONINAGRO e ACA.

III.1- O PESO DOS TRIBUTOS NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO (4)

Para de Rom (1992), pode-se dizer que as vantagens competitivas externas são influenciadas por dois fatores, além de seus padrões de racionalidade da produção, do processo de incorporação tecnológico e do potencial de especialização produtiva. Esses fatores seriam a taxa de câmbio e o regime tributário. Assim sendo, a estabilidade cambial e a homogeneidade tributária são dois aspectos essenciais para a efetivação da integração plena.

E a partir desse ponto de vista que a carga tributária aparece como um dos possíveis determinantes das condições de competitividade entre os produtos considerados "sensíveis" ao processo.

A seguir, são apresentadas tabelas com dados sobre a incidência tributária na soja, trigo, carne bovina e leite, considerados "sensíveis" pelos produtores brasileiros, dada a maior competitividade argentina. Os dados obtidos no Brasil são relativos ao Estado do Paraná (5).

TABELA 2 - INCIDENCIA TRIBUTARIA NA PRODUÇÃO DE UMA TONELADA DE SOJA - BRASIL X ARGENTINA

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	BRASIL-PR	ARGENTINA	BRASIL-PR	ARGENTINA
	2,22 T/HA (US\$)	2,5 T/HA (US\$)	2,22 T/HA (%)	2,5 T/HA (%)
SOBRE BENS/SERVICOS	12,86	16,30	8,63	12,41
SOBRE SALARIOS	3,52	4,41	2,36	3,36
SOBRE A TERRA	2,75	5,49	1,84	4,18
TOTAL DE IMPOSTOS	19.14	26.20	12.84	19.95
CUSTO TOTAL FOB/FARM	149.07	131.35	100.00	100.00
CUSTO SEM IMPOSTOS	129.93	105.15		

FONTE: IPARDES(1992), p. 17.

TABELA 3 - INCIDENCIA TRIBUTARIA NA PRODUCAO DE UMA TONELADA DE TRIGO - BRASIL X ARGENTINA

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	BRASIL-PR	ARGENTINA	BRASIL-PR	ARGENTINA
	2,04 T/HA (US\$)	1.98T/HA (US\$)	2,04 T/HA (%)	2,0 T/HA (%)
SOBRE BENS/SERVICOS	10.08	7.56	5.95	10.59
SOBRE SALARIOS	3,64	2.20	2.15	3,09
SOBRE A TERRA	2,50	6.86	1,48	9.61
TOTAL DE IMPOSTOS	16.22	16.62	9.57	23.28
CUSTO TOTAL FOB/FARM	169.43	71.40	100.00	100.00
CUSTO SEM IMPOSTOS	153.21	54.78		

FONTE: IPARDES (1992), p.18.

TABELA 4 - INCIDENCIA TRIBUTARIA NA PECUARIA BOVINA DE CORTE - BRASIL X ARGENTINA

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	POR HECTARE/ANO		POR TONELADA			
	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA
	(PR) (US\$)	(US\$)	(PR) (US\$)	(US\$)	(PR) (%)	(PR) (%)
SOBRE BENS/SERV.	9.13	1.92	72.73	7.41	8.24	1.73
SOBRE SALARIOS	2.47	2.38	19.70	9.21	2.23	2.20
SOBRE A TERRA	3.35	6.86	26.64	26.52	3.02	6.35
TOTAL IMPOSTOS	14.95	11.16	119.71	43.14	13.48	10.38
CUSTO TOTAL FOB/FARM	110.86	108.11	882.99	417.88	100.00	100.00
CUSTOS SEM IMPOSTOS	95.91	96.95	763.29	374.74		

FONTE: IPARDES (1992), p. 23.

TABELA 5 - INFLUENCIA TRIBUTARIA NA PRODUCAO DE MIL LITROS DE
LEITE - BRASIL ARGENTINA

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	BRASIL(PR) (US\$)	ARGENTINA (US\$)	BRASIL(PR) (%)	ARGENTINA (%)
SOBRE BENS/SERVICOS	8.47	8.00	7.66	7.04
SOBRE SALARIOS	1.60	8.98	1.45	7.90
SOBRE A TERRA	0.60	2.66	0.55	2.34
TOTAL DE IMPOSTOS	10.67	19.64	9.66	17.28
CUSTO TOT.FOR/FARM	110.50	113.66	100.00	100.00
CUSTO SEM IMPOSTOS	99.83	94.02		

FONTE:IPARDES (1992), p.24.

Baseando-se nos dados apresentados, não se pode concluir, como é senso comum entre o empresariado rural brasileiro, que a maior dificuldade na competitividade dos produtos agropecuários brasileiros frente aos argentinos deve-se à elevada carga tributária nacional.

Analisando-se os dados relativos à soja, observa-se que o total de impostos e contribuições da Argentina é maior que o total brasileiro. Não se pode concluir que, no caso da soja, a menor competitividade brasileira no Mercosul está relacionada à maior carga tributária. Os dados mostram o inverso: os impostos argentinos contribuem com 19,95% para o custo de produção da soja argentina, enquanto que no Brasil eles participam com 12,84%.

Quanto aos dados apresentados para o trigo, observa-se a mesma tendência descrita anteriormente para a soja. Cabe salientar que o total de impostos sobre o custo de produção do trigo praticamente se equivalem nos dois países. Porém, dados os baixos custos de produção argentinos, que podem estar associados às vantagens comparativas naturais daquele país, a carga tributária tem peso relativo maior sobre o custo total argentino (23,28%) do que sobre o brasileiro (9,57%). Da mesma maneira que a soja,

a tendência a uma maior participação dos impostos na Argentina não correspondem à visão difundida pelos empresários rurais brasileiros.

Analisando-se os dados apresentados para a pecuária bovina de corte brasileira e argentina, observa-se que o total de impostos brasileiros, em termos absolutos, é bem maior que o argentino. A mesma análise desenvolvida para o trigo é válida neste caso: o custo de produção total brasileiro é bem maior que o argentino. Em termos relativos, aparece aqui uma pequena vantagem para a Argentina: os impostos participam com 10,32% do custo total, enquanto que no Brasil eles contribuem com 13,56%. Mas uma vantagem de 3,24% não pode ser considerada relevante.

Os dados relativos ao custo de produção e incidência tributária na produção de leite reafirmam a reversão das expectativas apresentadas até então. Os impostos sobre o produto brasileiro, tanto em valores absolutos quanto em relativos, são inferiores aos argentinos. Neste caso, os custos totais de produção de ambos os países praticamente se equivalem. Pode-se afirmar que a maior participação da carga tributária no custo total é da Argentina.

Através da análise desenvolvida, pode-se concordar com a opinião de de Bem. Segundo ele, o fator determinante na diferenciação do custo não é a carga tributária, pois o total de impostos, apesar de ser maior na Argentina na maioria dos casos estudados, não é suficiente para neutralizar os diferenciais de custos considerados no processo produtivo. Portanto, apesar da elevada carga tributária argentina, seus custos menores tornariam seus produtos mais competitivos que os brasileiros.

III.2 - O PESO DOS INSUMOS SOBRE OS CUSTOS DE PRODUÇÃO (6)

A integração dos países do Cone Sul, no que diz respeito ao setor agropecuario, deve deixar transparecer nítida vantagem competitiva argentina, devido à clara superioridade de seus solos, que são planos, férteis e pouco erodidos. Esse fato propicia àquele país a obtenção de maiores índices de produtividade, com baixos custos com insumos.

São apresentadas a seguir tabelas com dados relativos ao custo de produção dos produtos selecionados para a pesquisa: soja, trigo, carne e leite.

TABELA 6 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA TONELADA DE SOJA -
BRASIL X ARGENTINA

ITENS DE CUSTO DE PRODUÇÃO (*)	BRASIL-PR		ARGENTINA	
	2,22 T/HA (US\$)	2,5 T/HA (US\$)	2,22 T/HA (%)	2,5 T/HA (%)
INSUMOS	59,76 /	43,02 /	40,09 /	32,75 /
MAQUINAS E IMPLM.	26,13 /	22,18 /	17,53 /	16,89 /
MÃO-DE-OBRA	20,52 /	17,19 /	13,77 /	13,09 /
CUSTO FINANCEIRO	6,57 /	14,40 /	4,41 /	10,96 /
DEPRECIACÃO	27,03 /	15,43 /	18,13 /	11,75 /
SEGURO	6,31 /	13,64 /	4,23 /	10,38 /
IMPOSTO SOBRE A TERRA	2,75 /	5,49 /	-	-
CUSTO TOTAL (FOB/FARM)	149,07	131,35	100,00	100,00

FONTE: IFARDES(1992), p. 17.

(*) Tais itens foram calculados incluindo os impostos neles embutidos. Apenas o valor do imposto sobre a terra teve que ser lançado em separado por não se apresentar agregado nos referidos itens de custo.

Com relação à soja, os dados constantes da tabela 4 mostram que o custo total de produção da mesma no Brasil é maior que na Argentina. O item de maior peso nessa estrutura de custo é o gasto relativo a insumos. Os gastos brasileiros com a compra de fertilizantes, defensivos, etc. pa-

a produção de 200% correspondem a 40,0% do custo total. Enquanto os argentinos representam 51,75%.

TABELA 7 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA TONELADA DE TRIGO -
BRASIL X ARGENTINA

ITENS DE CUSTO DE PRODUÇÃO (%)	BRASIL-PR (2,04 T/HA (US\$))	ARGENTINA (1,99T/HA (US\$))	BRASIL-PR (2,04 T/HA (%))	ARGENTINA (2,0 T/HA (%))
INSUMOS	87.49 /	21.20 /	51.64 /	29.69 /
MÁQUINAS/IMPLEMENTOS	26.61 /	9.02 /	15.71 /	12.63 /
MÃO-DE-OBRA	14.81 /	8.59 /	8.74 /	12.03 /
CUSTO FINANCEIRO	4.76 /	9.09 /	2.81 /	12.73 /
DEPRECIACÃO	28.86 /	9.61 /	17.03 /	13.46 /
SEGURO	4.40 /	7.03 /	2.60 /	9.85 /
IMPOSTO SOBRE A TERRA	2,50 /	6.86 /	-	-
CUSTO TOTAL FOB/FARM	169.43	71.407	100,00	100,00

FONTE: IPARDES(1992), p.18.

(*) Tais itens foram calculados incluindo os impostos neles embutidos. Apenas o valor do imposto sobre a terra teve que ser lançado em separado por não se apresentar agregado nos referidos itens de custo.

Referindo-nos ao trigo, a tendência à maior participação dos insumos na conformação do custo total é ainda mais evidente. Os insumos brasileiros representam 51,64% do custo total. Na Argentina, a participação deste item é de 29,69%. O trigo é o exemplo ideal para se vincular a justificativa da maior ^{consequência} produtividade argentina às vantagens comparativas naturais daquele país.

TABELA 6 - CUSTO DE PRODUÇÃO DA PECUARIA BOVINA DE CORTE -
BRASIL X ARGENTINA

ITENS DE CUSTO (INCLUINDO OS IMPOSTOS)	POR HECTARE/ANO		POR TONELADA			
	BRASIL ARGENTINA		BRASIL ARGENTINA		BRASIL ARGENTINA	
	(PR) (US\$)	(US\$)	(PR) (US\$)	(US\$)	(PR) (%)	(%)
INSUMOS(PASTAG.)	37.11	40.13	295.57	155.11	33.47	37.13
SUPLEM. MINERAL	4.57	-	36.41	-	4.12	-
MÃO-DE-OBRA	10.54	10.00	83.96	38.66	9.51	9.23
VACINAS/MEDICAM.	14.55	10.65	115.88	41.16	13.12	9.85
CONSERV./REPAROS	12.56	19.85	100.02	76.72	11.33	18.36
DEPRECIACAO	25.09	16.85	199.86	65.12	22.63	15.58
SEGURO	3.10	3.78	24.65	14.61	2.79	3.50
IMPOSTO S/ TERRA	3.35	6.86	26.64	26.32	3.02	6.35
CUSTO TOTAL FOB/FARM	110.86	108.11	882.99	417.88	100.00	100.00

FONTE: IPARDES(1992), p.23.

TABELA 9 - PARAMETROS COMPARATIVOS DO DESEMPENHO DA PECUARIA
BOVINA DO BRASIL E ARGENTINA

	BRASIL	ARGENTINA
AREA	600 HA.	500 HA.
DESEFRUTE ANIMAL	279 CABECAS	588 CABECAS
PESO MEDIO BRUTO	490 KG.	400 KG.
PESO MEDIO LIQUIDO	270 KG.	220 KG.
IDADE DE ABATE	42 MESES	36 MESES
PRODUCAO ANUAL	75.330 KG.	129.360 KG.
RENDIMENTO ANUAL	125.55 KG./ANO	258.72 KG./ANO

FONTE: IPARDES(1992), p.23.

A carne também reafirma a maior competitividade argentina. O custo de produção da carne brasileira é bem superior ao daquele país. Neste caso existe uma especificidade: o custo dos insumos, que refere-se ao custo das pastagens, é relativamente próximo nos dois países, apesar de, em valores absolutos, aparecer vantagem nítida para a Argentina. Os outros itens componentes do custo total de produção, principalmente a mão-de-obra, vacinas/medicamentos, conservação/reparos e seguro contribuem para

relativo ao custo da carne brasileira. Os valores relativos de tais itens também parecem próximos aos argentinos. Porém, tal fato não é significativo, pois o custo total argentino, em termos absolutos, é 50% menor que o brasileiro. Tais conclusões são reafirmadas pelos dados sobre a produção anual e pelo rendimento anual da carne, conforme tabela 7.

TABELA 10 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE MIL LITROS DE LEITE -
BRASIL X ARGENTINA

CUSTO (INCLUSIVE IMPOSTOS)	BRASIL (PR) (US\$)	ARGENTINA (US\$)	BRASIL (PR) (%)	ARGENTINA (%)
PASTAGEM ANUAL	20.44	9.00	18.50	7.92
MANUT. PASTAGENS	8.67	-	7.85	-
RACCOES E CONCENTR.	32.21	14.00	29.15	12.32
MAO-DE-OBRA	5.52	35.00	5.00	30.79
OUTROS GASTOS (7)	19.69	20.00	17.82	17.60
CONSERV./REPAROS	9.24	9.00	8.36	7.92
DEPRECIACAO	14.13	16.00	12.79	14.08
IMPOSTO S/TERRA	0.65	2.66	0.55	2.34
IMPOSTOS E TAXAS	-	8.00	-	7.04
CUSTO TOT. FOB/FARM	110.50	113.66	100.00	100.00

FONTE: IPARDES(1992), p.24.

TABELA 11 - PARAMETROS COMPARATIVOS DO DESEMPENHO DA PECUARIA
LEITEIRA DO BRASIL E ARGENTINA

	BRASIL	ARGENTINA
AREA TOTAL	82 HA.	285 HA.
AREA C/ATIVIDADE	52 HA.	150 HA.
PRODUCAO ANUAL	288000 L.	38735 L.
PRODUCAO VACA/ANO	4500 L.	220 KG.
PERIODO DE LACTACAO	300 DIAS	305 DIAS
TAXA DE RENOVACAO	29.7%	20.0%

FONTE: IPARDES(1992), p.24.

Quanto ao leite, verifica-se a tendência apresentada até então. Em valores absolutos o custo total de produção do leite nos dois países não apresenta diferença significativa. Os itens relativos às vantagens natu-

cos, como custos, com pastagens, manutenção das mesmas, rações apresentam diferenciais bastante favoráveis à Argentina. Tais vantagens são contrabalançadas por alguns itens, como a mão-de-obra, e impostos e taxas. A Argentina apresenta, por outro lado, área total e área com atividade destinada à atividade leiteira bem maiores que os parâmetros brasileiros, gerando uma produção anual maior.

III - 2.1 - A DIFERENÇA DE PRODUTIVIDADE E CUSTOS (8)

Dentro do contexto referido na pesquisa, o Brasil tem a Argentina como sua principal concorrente. Em relação aos produtos estudados, diz-se que a maior produtividade argentina poderia influir negativamente na economia brasileira, no que se refere ao setor agropecuário nacional. Essa maior produtividade adviria de vantagens comparativas naturais. A Argentina possui solos com alta fertilidade além de regiões propícias à pecuária. Porém, existe ainda uma questão a ser debatida: pode ser que a vantagem comparativa argentina não seja simplesmente devido à alta fertilidade de seus solos. É bem provável que, devido à essa vantagem natural, as terras argentinas necessitem de menor quantidade de insumos. Ou ainda, pode ser verdade que os argentinos utilizem tanto insumos quanto os brasileiros. Essa vantagem que se atribui a condições naturais poderia advir do menor preço dos insumos naquele país. Se essa última hipótese for verdadeira, o quadro brasileiro atual frente à questão dos preços dos insumos fará com que a Argentina perca essa vantagem em relação aos produtos agropecuários brasileiros.

TABELA 12 - NÍVEL DE PRODUTIVIDADE MÉDIA (kg/ha) - BRASIL

PRODUTIVIDADE ARGENTINA (1989)

PRODUTO	BRASIL	ARGENTINA
TRIGO	1,754	1,800
SOJA	2,096	1,640
CARNE BOVINA	125,550	258,720

FONTE: Junta Nacional de Grãos; IBGE: Secretaria da Agricultura e
IPARDES, Mello, F.H de (1991), p. 284.

TABELA 13 - CUSTO DOS INSUMOS - BRASIL (PR) - US\$

PRODUTO	CUSTO DE INSUMOS (US\$)
SOJA(2,22 T/HA)	59,76
TRIGO(2,04 T/HA)	87,49
CARNE BOV.(US\$/HA)	295,57

FONTE: IPARDES(1992), p. 17, 18 e 23.

TABELA 14- CUSTO DE INSUMOS - ARGENTINA (US\$)

PRODUTO	CUSTO DE INSUMOS (US\$)
SOJA (2,5 T/HA)	43,02
TRIGO (2,0 T/HA)	21,20
CARNE BOV.(US\$/TON.)	155,11

FONTE: IPARDES(1992), p. 17, 18 e 23.

TABELA 15 - LEITE - PRODUTIVIDADE (LITROS/HA/ANO) E CUSTO DE
INSUMOS (pastagens, manutenção de pastagens, rações e concen-
trados) - US\$ - COMPARATIVO BRASIL/ARGENTINA

PAIS	PRODUTIVIDADE	CUSTO DE INSUMOS
BRASIL	3512,195	61,32
ARGENTINA	1359,123	23,00

FONTE: IPARDES(1992), p.24.

Observando as tabelas 12, 13, 14 e 15 temos que:

- a) a produtividade média argentina é superior a brasileira nos casos do trigo (pouco superior) e da carne bovina (bem superior);

b) a produtividade média brasileira é maior que a argentina nos casos da soja e do leite (neste caso, é bem superior; porém, conforme tabelas 10 e 11, tanto a produção quanto a área com atividade da pecuária leiteira brasileiras são menores);

c) em todos os casos o custo de insumos em dólares por unidade produtiva é maior no Brasil.

Os dados apresentados não permitem concluir com certeza a respeito da quantidade de insumos utilizada e seus preços. Também não foi encontrada fonte disponível que contivesse tais informações. Sendo assim, não podemos concluir a respeito da questão anteriormente levantada acerca da "vantagem comparativa natural argentina".

Pelos dados apresentados, continua-se na mesma direção seguida até aqui a respeito de qual seria a causa da maior competitividade argentina: o menor custo de insumos. Observa-se que, em dois dos casos apresentados, apesar da maior produtividade brasileira, perde-se muito quando se observa seus custos. Ainda fica para ser discutido se esse menor custo argentino adviria de sua menor necessidade de utilização de insumos (por possuir terras mais férteis) ou devido ao menor preço desses na Argentina.

É interessante destacar, entretanto, que no Brasil observamos que houve uma significativa queda dos preços dos insumos agrícolas. Esse fato, ao alterar favoravelmente as relações de troca (entre os preços recebidos pelos agricultores na venda dos produtos e os preços pagos por esses mesmos agentes pela compra de insumos), atenuou a crise da agricultura brasileira na década passada, além de abrir perspectivas positivas para os próximos anos, tornando-a mais ou menos administrável.

TABELA 16- TAXAS ANUAIS MEDIAS DE VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS RECEBIDOS, DAS RELAÇÕES DE TROCA E DOS PREÇOS REAIS DOS INSUMOS DE 1977 A 1989 - BRASIL (% AO ANO)

PRODUTOS	PREÇOS RECEBIDOS	PREÇOS DOS INSUMOS	REL.DE TROCA
SOJA	-3,41	-2,25	-1,16
TRIGO	-3,77	-1,95	-1,82
CARNE BOV.	0,00	-2,59	+2,59
LEITE	-5,09	-1,44	-3,65

FONTE: DERAL (PR), Mello, Fernando H.de (1991), p. 283.

Dentro dos quatro produtos em estudo, sensíveis à integração através do MERCOSUL, vemos que a redução do preço dos insumos da carne bovina mais que compensou a queda do seu preço real, o que teve como consequência melhoria nas relações de troca. Os demais produtos também apresentaram diminuição nos preços de seus insumos.

mas a queda no preço real foi menor, devido ao aumento do preço do produto.
foi menor, devido ao aumento do preço do produto.
 A tabela 17 mostra a evolução dos índices dos preços reais dos principais insumos, no período de 1977 a 1990. Observa-se uma redução sensível nos mesmos, tomados como exemplos os fertilizantes e defensivos.

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DOS INSUMOS AGRÍCOLAS NO BRASIL - 1977/1990 - ANO BASE=1977 (1977=100)

ANOS	FERTILIZANTES	DEFENSIVOS
1977	100	100
1978	94	101
1979	99	98
1980	121	116
1981	115	108
1982	112	103
1983	105	108
1984	111	114
1985	109	110
1986	82	97
1987	64	54
1988	60	43
1989	54	62
1990	56	53

FONTE: FGV - Conjuntura Econômica e IEA - Instituto de Economia Agrícola - Deflator:IGP-DI, Mello, F.H.de(1991), p.281.

conforme observado na tabela 17, a maior redução dos preços reais dos insumos passa a se configurar a partir da metade da década de 80. Essa tendência pode ser explicada por algumas razões, como a queda de preço do petróleo, menores tarifas de importação e maior nível de competição entre as empresas nacionais produtoras de insumos, dada a fraca demanda agrícola, o que as levou a se tornarem mais eficientes.

As variações acumuladas dos índices de preços dos insumos, de abril de 1988 a setembro de 1990, apresentam os valores estimados estatisticamente na tabela 18.

TABELA 18- VARIAÇÃO ACUMULADA DOS ÍNDICES DE PREÇOS DE INSUMOS AGRÍCOLAS (1988 - 1990)

LEITE	-42,4%
SOJA	-27,8%
TRIGO	-27,4%
CARNE BOVINA	-24,7%

FONTE: MELO, Fernando H.de (1991), p. 283

Verifica-se uma redução expressiva nos preços reais dos produtos agropecuários no referido período, o que alivia a pressão sobre os custos de produção. Duas variáveis podem explicar esse quadro: o agravamento da defasagem cambial e o processo de redução das tarifas de importação, principalmente no caso dos fertilizantes, que foi promovido pelo governo Sarney.

Com o governo Collor, intensificou-se o processo de abertura da economia e aprofundou-se a redução de tarifas a importações. De março de 1990 a janeiro de 1991, o cruzeiro desvalorizou-se (desvalorização real) em 44,7% e o índice de preços reais dos insumos diminuiu 13,4%. Isso indica que, entre outros fatores, a redução de tarifas a importações foi

... de compensar a alta de valorização real do cruzeiro. Os preços reais dos insumos tenderão a continuar baixos. Há duas fortes razões para se chegar a essa conclusão: o processo de redução de tarifas a importações deve continuar até 1994 e a atitude de alguns estados, como São Paulo, de isentar a cobrança do ICMS sobre os insumos agrícolas (no que foi seguido pelo Rio Grande do Sul).

Essa discussão leva a conclusão de que a agricultura brasileira apresenta e deve continuar apresentando sensíveis melhoras em suas relações de troca. Por um lado, existe a tendência a elevação dos preços reais dos produtos. Por outro, está ocorrendo a redução nos preços reais dos insumos utilizados no setor agropecuário. Esses fatos podem levar a um estímulo de elevação da produtividade agrícola nacional, com incremento da rentabilidade do setor e da competitividade. Na Argentina, pode-se dar o fenômeno inverso: os solos podem apresentar um desgaste maior, por estarem sendo utilizados com maior frequência. Os custos de produção argentinos tenderiam, assim, a se elevarem.

III.3 - O PESO DOS CUSTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO (9)

Os itens de custo sobre a comercialização e exportação dos produtos agropecuários selecionados, apresentados nas tabelas a seguir, foram definidos em trabalho do IPARDES da seguinte maneira:

a) Frete: refere-se as despesas com transporte e seguro do produto agrícola, da unidade armazenadora até o porto. No Brasil, os dados foram obtidos através de pesquisa junto a empresas transportadoras rodoviárias e

considerada, onde se escolheu a tarifa correspondente ao ponto médio entre as diferentes tarifas apresentadas. Ela tem como referência a distância de 600 km entre o local de embarque do produto e o porto de Paranaguá (PR). O mesmo procedimento foi repetido na Argentina sendo que o Porto de referência utilizado foi o de Baia Blanca.

b) Despesas Portuárias: referem-se a todas as despesas com serviços portuários e aduaneiros, incluindo-se movimentação de cargas, taxas e comissões anteriores ao embarque marítimo.

c) Impostos: correspondem aos impostos e taxas incidentes sobre os produtos referentes a circulação dos mesmos, do estabelecimento rural no qual foram produzidos até o porto. No Brasil, estão incluídos neste item o ICMS, o IVA/IMESE, o IPSE, PIS e FINSOCIAL.

DTM
TABELA 19 - CUSTOS FOB-PORTO E CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA TONELADA DE SOJA - BRASIL X ARGENTINA

ITENS DE CUSTO	BRASIL-PR	ARGENTINA	BRASIL-PR	ARGENTINA
	2,22 T/HA (US\$)	2,5 T/HA (US\$)	2,22 T/HA (%)	2,5 T/HA (%)
CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	149.07	131.35	84.21	75.89
FRETE	9.05	17.40	5.11	10.03
DESPESAS PORTUÁRIAS	4.98	11.72	2.81	6.77
IMPOSTOS	27.80	12.62	15.70	7.29
TOTAL DOS CUSTOS DE COMERCIALIZAÇÃO	37.83	41.74	21.37	24.11
TOTAL DE CUSTOS	186.90	173.09	105.58	100.00
CREDITOS/DEVOLUCOES	-9.87	-	-5.58	-
CUSTO F.O.B. / ponto	177.03	173.09	100.00	100.00

FONTE: IPARDES(1992), p.17.

TABELA 50 - CUSTO FOB-PORTO E CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA TONELADA DE TRIGO - BRASIL X ARGENTINA

ITENS DE CUSTO	BRASIL-PR		ARGENTINA	
	2,04 T/HA (US\$)	2,0 T/HA (US\$)	2,04 T/HA (%)	2,0 T/HA (%)
CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	169.43	71.40	83.10	66.81
FRETE	9.05	14.43	4.44	13.50
DESPESAS PORTUÁRIAS	4.98	14.71	2.44	13.76
IMPOSTOS	26.89	6.33	13.19	5.92
TOTAL DOS CUSTOS DE COMERCIALIZAÇÃO	40.92	35.47	20.07	33.19
TOTAL DE CUSTOS	210.35	106.87	103.17	100.00
CREDITOS/DEVOLUÇÕES	-6.47	-	-3.17	-
CUSTO F.O.B.	203.88	106.87	100.00	100.00

FONTE: IPARDES(1992), p. 18

Observando-se as tabelas apresentadas com dados sobre a comercialização, observa-se que no caso dos produtos agrícolas (trigo e soja) as despesas portuárias e o frete no Brasil são bem menores no Brasil. Porém, os impostos relativos à circulação desses produtos são bem maiores, sendo que no caso do trigo a superioridade brasileira mais que compensa os maiores custos argentinos nos itens anteriores. Assim, a Argentina, mesmo com despesas de comercialização mais elevadas, mantém seus custos de comercialização mais competitivos que os brasileiros devido a maior tributação brasileira neste aspecto.

Não foram encontradas informações acerca dos custos de comercialização do leite e da carne bovina.

Através da análise descrita, observou-se que os custos de comercialização dos produtos agrícolas não são fatores determinantes da maior competitividade entre os países, pois apresentam valores próximos na Ar-

IV - A QUESTÃO DOS MERCADOS CONSUMIDORES (10)

Dentro da discussão iniciada por essa pesquisa, levantou-se outra questão: dada a produção dos países membros do Mercosul e os tamanhos de seus mercados consumidores, a integração afetaria a economia brasileira, relativamente a produção agropecuária dos ditos "produtos sensíveis"?

Em uma primeira análise, relativa ao leite, chegou-se a conclusão que a produção leiteira (leite fluido e em pó) dos países do Cone Sul é insuficiente para se suprir o mercado interno dos mesmos, em conjunto. Assim, a produção leiteira brasileira não sofrerá muitos impactos com a integração, devendo até mesmo continuar as importações junto a C.E.E.. As tabelas 21 e 22 mostram a relação entre a produção e o consumo da Argentina e Uruguai, mostrando que a produção leiteira daqueles países sustenta basicamente o mercado interno. A integração, vista de outro ângulo, seria positiva para a atividade pecuária brasileira, tendo em vista que haveria a possibilidade de se entrar em contato com técnicas mais modernas de produção, dado o caráter arcaico que ainda apresenta.

TABELA 21 - PRODUÇÃO E CONSUMO DE LEITE (1000 L) - ARGENTINA

ANO	PRODUÇÃO TOTAL	% CONSUMIDA INTERNAMENTE
1987	6246	96,4
1988	5700	91,5
1989	5900	97,3

FONTE: Direccion Nacional de Economia Lechera, Maluf, Renato (1992), p. 9.

TABELA 22 - PRODUÇÃO E CONSUMO DE LEITE (MILHOES DE LITROS)
 URUGUAI

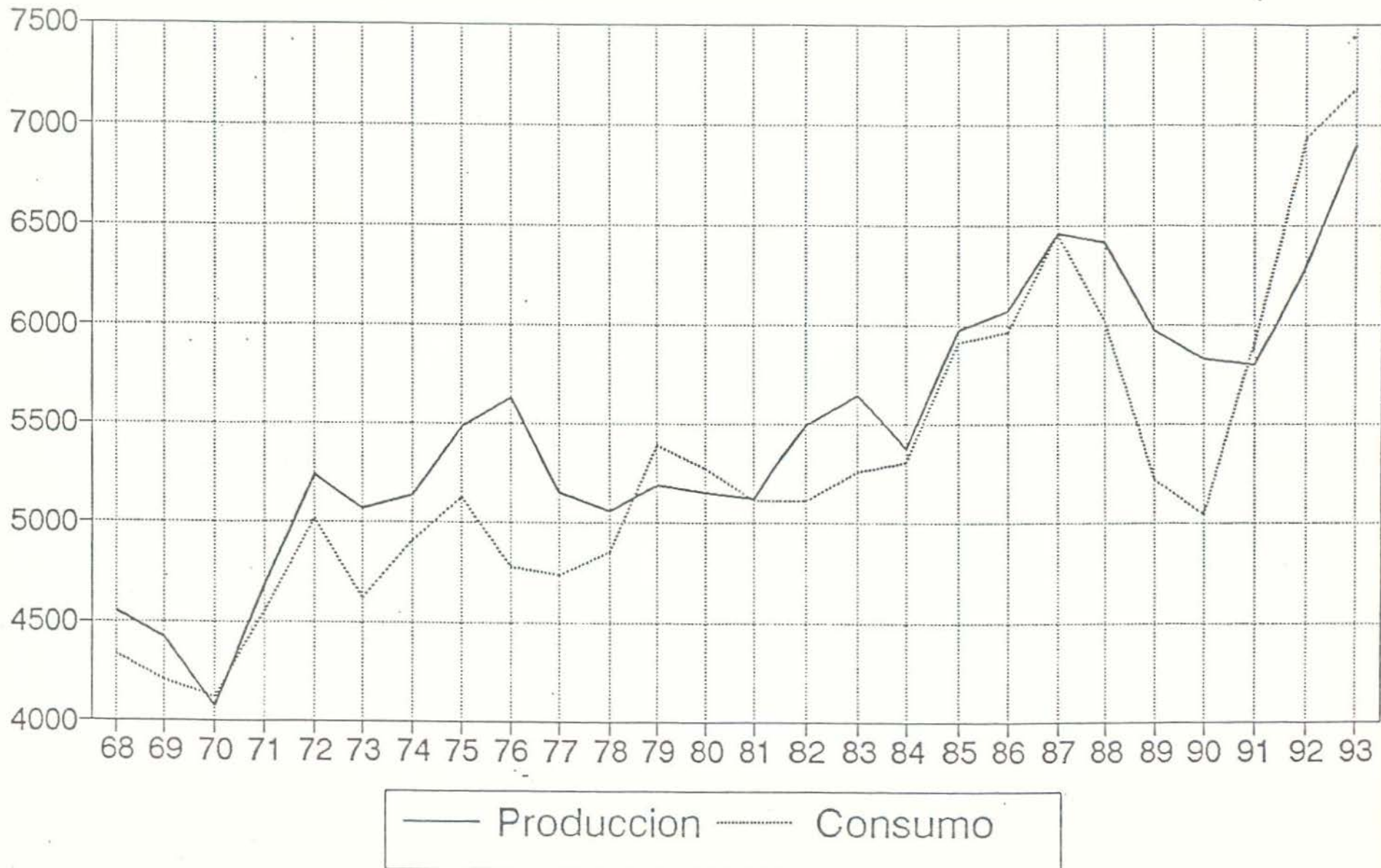
ANO	PRODUÇÃO TOTAL	% CONSUMIDA INTERNAMENTE
1987	958	78,56
1988	960	73,66
1989	929	67,19

FONTE: Ministerio de Ganaderia Agricultura y Pesca/Uruguay, Kaluf, Renato (1992), p.9.

Quanto aos demais produtos, não foram encontrados dados disponíveis em relação ao consumo interno dos mesmos.

SUBSISTEMA LACTEO EN ARGENTINA

Produccion y Consumo en millones de lts



Fuente: SAGYP y CIL

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida tentou apresentar uma análise comparativa entre a competitividade brasileira e a argentina relativamente à produção agropecuária, no contexto da integração proposta pelo Tratado de Assunção. Chegou-se a algumas conclusões e também levantaram-se algumas questões que não apresentaram soluções.

A primeira conclusão a que se chegou diz respeito à tributação. Nos casos estudados viu-se que a maior competitividade argentina no setor agropecuário não deve ser imputada a um maior nível de tributação brasileiro.

As tabelas abaixo mostram a composição do custo total fob-porto na soja e no trigo:

TABELA 23 - SOJA - COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS ITENS DE CUSTO -
BRASIL X ARGENTINA

CUSTOS	BRASIL (%)	ARGENTINA (%)
INSUMOS	34.53	24.85
COMERCIALIZAÇÃO	8,11	16.82
TRIBUTAÇÃO	26.94	22.42
CUSTO TOTAL FOB-PORTO	100.00	100.00

FONTE: IPARDES (1992), P. 17.

custo total

*6 a IPARDES
Anto?
Ou cal autu?
cruas?*

*Mex. tra. 1/2 de 1992
Arg. tra. 1/2 de 1992
x (a taxa de
intercambio)*

TABELA 24 - TRIGO - COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS ITENS DE CUSTO -
BRASIL X ARGENTINA

CUSTOS	BRASIL(%)	ARGENTINA(%)
INSUMOS	42.91	19.84
COMERCIALIZAÇÃO	6.88	27.27
TRIBUTOS	21.14	21.47
CUSTO TOTAL FOB-PORTO	100.00	100.00

FONTE: IPARDES (1992), p. 18.

Com relação à composição dos custos da carne bovina e do leite, não foi possível confeccioná-las, devido à falta de dados sobre a comercialização desses produtos.

As tabelas reafirmam a idéia de que o maior peso na diferença entre os custos dos dois países encontra-se no custo de insumos. Este item é o determinante na maior competitividade argentina. Os tributos (sobre a produção e circulação) não apresentam diferença significativa na composição dos custos do Brasil e Argentina, contrariando o que se pensava.

Discutiu-se também acerca da influência da abertura comercial brasileira sobre o setor agropecuário. Segundo a visão apresentada, a abertura poderá promover a queda do preço dos insumos no Brasil, tornando a agricultura nacional mais competitiva. Esse fato aparece como uma tendência econômica brasileira.

Através da análise desenvolvida, pode-se questionar a opinião mais geral de que o Mercosul provocaria impactos muito negativos sobre o setor agropecuário brasileiro, pois além da existência de tendências mais positivas para a agricultura nacional, há que se considerar outro ponto: pode ser que a produção dos demais países do Mercosul não seria suficiente para abastecer cada um internamente e ao Brasil, que possui grande mercado consumidor.

No entanto, a pesquisa foi desenvolvida tomando como base referências estáticas: custos de produção, de comercialização, tributação e índices de cada setor. Quando o processo de integração for implementado e, mesmo durante a fase de preparação, os aspectos macroeconômicos de cada país interagirão entre si, revertendo ou confirmando as tendências apresentadas. Tais aspectos são essencialmente dinâmicos, dependendo da conjuntura política, econômica e social de cada país, não permitindo, assim, afirmar convictamente as conclusões obtidas nesta monografia.

VI - ANEXO 1

*Marcelo
pág. 15.*

Neste anexo, apresentaremos algumas informações gerais sobre os quatro produtos selecionados para a monografia.

O TRIGO (11)

O trigo vem, há muito tempo, sendo importado da Argentina, sendo que a integração através do Mercosul deverá trazer grandes impactos para a produção nacional.

O trigo brasileiro, com exceções regionais localizadas, não tem competitividade com o importado e, com a liberação comercial entre os países do Mercosul, a tendência será o crescimento das importações argentinas.

os derivados do trigo, como pão, biscoito, farinha e massas, tornaram-se, nos últimos 10 anos, alimentos básicos de consumo generalizado no Brasil. A importação de trigo representa grande parcela dos gastos nacionais com divisas, dada a insuficiente produção nacional.

Mas, houve, na década de 80, um momento em que o Brasil esteve próximo à autosuficiência relativamente ao trigo. A produção brasileira elevou-se consideravelmente a partir de 1980, devido à elevação da produtividade por área, associada ao crescimento da área plantada. Isso só foi possível devido à intervenção governamental no setor, que passou a considerar o trigo como estratégico. Foram usados como instrumento de política agrícola o crédito, a garantia de preços, o monopólio governamental no mercado de trigo nacional e a concessão de subsídios estatais ao consumo do produto. Mas, entre 1985 e 1988, essa política foi alterada com a redução em 40% dos preços reais de garantia (em relação a 1985) e retiraram-se os subsídios. Consequentemente, incrementaram-se as importações de trigo argentino. Mesmo assim, entre 1986 e 1989, a produção conseguia acompanhar a demanda interna.

A completa desregulamentação do setor ocorreu em 1990, com o governo Collor. A expansão da triticultura teve um custo elevado e, apesar de bem sucedida no que tange à auto-suficiência nacional, revelou-se econômica e politicamente insustentável a longo prazo. O governo Collor acabou com o monopólio da comercialização interna e das importações e com o mecanismo de compra assegurada do trigo.

A SOJA (12)

O Brasil, relativamente à produção interna de soja, atingiu índices de produtividade elevados, conseguindo suprir a demanda interna e, ao mesmo tempo, apresentar-se como grande exportador mundial. Nos últimos anos, vem enfrentando mais de perto a concorrência argentina nos mercados internacionais.

O Mercosul poderá trazer impactos à produção nacional da soja, o que dependerá da competitividade entre os dois países, da possibilidade de harmonização entre suas políticas e da atuação do setor privado no sentido de um fortalecimento frente à concorrência de terceiros. Algum impacto de menor grau poderá ocorrer no mercado interno brasileiro devido à facilitação à entrada do produto argentino.

A expansão do cultivo da soja brasileira é resultado da chamada "Revolução Verde". Atualmente, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja em grão. As expectativas são de expansão do mercado mundial para a soja. Existe tendência ao da demanda e a possibilidade de aprovação nas negociações do GATT da proposta de redução de subsídios à produção europeia de soja. Se esse fato se verificar, o Brasil poderá ampliar suas vendas ao mercado europeu. O crescimento do cultivo do produto ocorreu por fatores internos. Generalizou-se o consumo de óleo de soja e houve crescimento na demanda por farelo de trigo das indústrias de rações para animais.

Nota-se, como no caso do trigo, a concentração da produção de soja nos estados da região sul do país. O Rio Grande do Sul e o Paraná representam 50% da produção nacional, enquanto a região centro-oeste, com desenvolvimento mais recente nesse segmento, aparece com 36%.

Deve-se destacar o desenvolvimento no Brasil de um bom suporte de pesquisa para a soja. Os programas foram inicialmente conduzidos por instituições governamentais em conjunto com cooperativas do centro-sul.

doimento, tais atividades estão, em sua maior parte, sendo privatizadas.

A preocupação brasileira com relação à falta de competitividade da soja frente ao produto argentino, com o advento do Mercosul, prende-se ao fato de que a Argentina, recentemente, passou a oferecer incentivos fiscais e creditícios à sua produção, tendo reduzido a carga tributária incidente sobre a soja em grão de 30,5% para 10,5% . A discussão passa pela necessidade da não redução dos incentivos fiscais e creditícios ao complexo da soja brasileiro, devendo-se adequar a tendência liberalizante à necessidade de uma economia tributária adequada à expansão da produção da soja.

O LEITE (13)

A pecuária brasileira caracteriza-se pela sua baixa produtividade, elevados custos, baixo nível de renda da economia e, conseqüentemente, baixo nível de investimentos.

O leite é considerado um produto de interesse nacional. A produção brasileira leiteira, nos últimos quinze anos, cresceu a taxas irregulares: 15% em 1977 com variação de 2% nas taxas de crescimento nos anos 80.

O maior problema que a produção leiteira brasileira encontra é o não acompanhamento de seu crescimento de acordo com o crescimento populacional. Segundo a FAO, o desempenho brasileiro neste setor é desfavorável.

Os países do Cone Sul, mais especificamente a Argentina e o Uruguai, apresentam superávit na produção leiteira. Tais países trabalham em prol da liberalização do comércio para colocar seus produtos, sobretudo os

láticos, no mercado brasileiro.

A Argentina destaca-se pela exportação de lácteos, apesar de elevado consumo interno (99%). A política de preços no setor é estável. 80% da produção destina-se à indústria de transformação e 20% para o consumo de forma fluida. Desses 80% destinados à indústria de transformação, 90% são utilizados internamente para a produção de queijo e leite em pó. O Brasil é grande importador de leite em pó.

O Uruguai produz 990 milhões de litros de leite in natura, sendo seu consumo interno equivalente a 5% dessa produção. É o país do Mercosul que apresenta menor custo de produção por litro de leite, significando isso menores preços para os consumidores e produtores de lácteos. Relativamente ao leite fluido, o Uruguai apresenta grande poder de penetração no Mercosul, podendo levá-lo até 2.000 km a preços do mercado interno. A sua competitividade é, portanto, elevada.

O preço do leite fluido produzido internamente no Brasil chega a São Paulo a US\$ 0,23/litro, enquanto o leite uruguaio poderia chegar a preços menores (US\$ 0,16/litro).

O custo de produção do leite fluido argentino é US\$ 0,21/litro (menor que o preço interno brasileiro). A penetração do leite fluido argentino no Brasil seria possível até 850 km.

Com a integração poderão surgir impactos negativos na pecuária nacional. O leite brasileiro chega à indústria a preços mais altos que o uruguaio e argentino. Mas, os insumos (ração, concentrado, sal mineral, fertilizantes) argentinos e uruguaioes poderão chegar ao Brasil a preços menores. Haverá uma tendência à redução dos custos e à melhoria do plantel leiteiro nacional com conseqüente importação de matrizes com linhagem de maior produtividade.

estão sendo, as expectativas para o Mercosul, no âmbito do setor leitero nacional, não são totalmente negativas, minimizando a preocupação dos produtores com a concorrência argentina e uruguaia. Com as perspectivas de entrada de insumos através do comércio intra-regional e com a abertura comercial brasileira, os custos de produção tenderão a cair, o que aumentaria a competitividade brasileira no setor.

A CARNE BOVINA (14)

A pecuária de corte brasileira representa 40% do produto bruto e 20% da força de trabalho da agricultura nacional. Tal atividade possui algumas especificidades, como seu caráter especulativo que cresceu bastante nos últimos anos e os "ciclos da pecuária", o que lhe confere dinâmica distinta das demais atividades agrícolas nacionais.

O maior impacto da integração regional sobre o setor em questão seria devido à condição de concorrência na exportação de carne em que se encontram Brasil, Argentina e Uruguai e, em segundo plano, o fornecimento do produto por aqueles dois países ao Brasil em períodos de crise.

A carne bovina tem a característica não ter um mercado internacional dinâmico. Os principais países produtores são também os maiores consumidores. Nos países centrais, o consumo aumentou pouco nos últimos vinte anos. Desenvolve-se o hábito de se substituir a carne vermelha por carnes brancas cada vez mais com maior intensidade.

O consumo brasileiro de carne bovina é claramente reprimido (23 kg/ano) devido a problemas de distribuição da renda nacional (15). Estando a demanda externa e a interna pelo produto sem perspectivas de aumento, a atividade pecuária de corte nacional apresenta-se desestimulada.

quanto à competitividade da carne bovina brasileira frente à uruguaia e à argentina. Há dois pontos-chaves: naqueles dois países, predomina a pecuária extensiva também, mas a carne produzida é de melhor qualidade (raças, idade de abate, alimentação), sendo suas taxas de desfrute maiores que a brasileira; no Brasil houve, nos últimos anos, políticas governamentais (subsídios, política creditícia, etc.) que, quando desapareceram, mostraram que o setor não tinha condições de evolução por si mesmo.

VII - NOTAS

(1) Esse capítulo foi confeccionado com base nos seguintes trabalhos:

- Chalout, Yves (1992);
- Presser, Mário F. (1993);
- Simonsen Associados (1992).

(2) Esse capítulo foi confeccionado com base em trabalho realizado pela Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná / IPARDES (1992).

(3) No anexo 1, são apresentados alguns aspectos sobre a produção, consumo e comércio dos quatro produtos selecionados.

(4) Esse item foi confeccionado com base em trabalho realizado pela Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná/IPARDES (1992) e em texto de Bem, Jorge S.de (1992).

(5) Dentro do contexto brasileiro, cabe salientar a extrema heterogeneidade entre as produtividades das diversas regiões. A região sul (PR, SC, RS) é a que possui condições de produção mais semelhantes a de outros integrantes do Mercosul. Dentro dessa região, o Paraná é quem apresenta maior proximidade à produtividade argentina.

(6) Esse item foi desenvolvido baseado no trabalho realizado pela Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná/IPARDES (1992) e no artigo de Mello, Fernando H. de (1991).

(7) Combustíveis, silagem, sal mineral, vacinas, medicamentos, inseminação artificial, energia elétrica e calcário.

(8) Esse subitem foi desenvolvido baseando-se principalmente em artigo de Mello, Fernando H. de (1991) e no trabalho da Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná/IPARDES (1992).

(9) Esse item foi desenvolvido baseado no trabalho desenvolvido pela Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná/IPARDES (1992).

(10) Esse capítulo foi baseado nos seguintes textos: Maluf, Renato S. (1992) e Cruz, José C.F. & Teixeira, Erly C. & Raggi, Luís A. (1992).

(11) A discussão sobre o trigo foi baseada nos seguintes trabalhos:

- Maluf, Renato S. (1992);
- Steelp, Valtér J. & Mattuella, Juvir L. (1992).

(11) A discussão sobre a soja foi baseada no trabalho de Maluf, Renato S. (1992).

(13) A discussão sobre o leite baseou-se nos seguintes trabalhos:

- Maluf, Renato S. (1992)

- Cruz, José C.F. & Teixeira, Erly C. & Raggi, Luís A. (1992).

(14) A discussão sobre a carne bovina foi baseada no trabalho de Maluf, Renato S. (1992).

(15) "Consumo de carne aumenta 4% segundo previsão de pecuaristas". Folha de São Paulo, 08.09.1993, p. 2-10.

VIII - BIBLIOGRAFIA

- Cruz, José C.F. & Teixeira, Erly C. & Raggi, Luís A. (1992), "Análise da Competitividade do Leite no Mercado do Cone Sul", in SOBER - Trabalhos de Pesquisa, Anais do XXX Coongresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro (RJ).

ALMEIDA, Roberto Sérgio (1992), "O Projeto Mercosul e as Cadeias Agroindustrialis". CEDA/UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).

- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/IPARDES (1992). "MERCOSUL: Custos e Incidência Tributária na Produção Agropecuária e Agroindustrial".

- Instituto para la Integracion da América Latina - INTAL - "Integración Latinoamericana" - Revista Mensal do INTAL, março (1989), ano 14, no. 143.

- Melo, Fernando Homem de, (1991), "Tendência de Queda dos Preços Reais de Insumos Agrícolas", in SOBER - Trabalhos de Pesquisa, Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Campinas (SP).

- Bem, Jorge Sebastião de, (1992), "MERCOSUL - Custo de Produção e Carga Tributária na Agropecuária do Brasil e Argentina: As Perspectivas do Processo de Integração Latinoamericana", in SOBER - Trabalhos de Pesquisa, Anais do XXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro (RJ).

- Simonsen Associados, (1992), "MERCOSUL: O Desafio da Integração" - Makron Books, São Paulo (SP).

- Folha de São Paulo, vários artigos.

- Presser, Mário Ferreira, (1993), "Abertura Externa e Integração Regional: o Caso Mercosul", UNICAMP/Instituto de Economia/Centro de Estudos de

Caracas (1990) - Leontinas (SP)

- Ivorra, Arnaldo R. & Besananes, Carlos C. (1993), "Transformaciones Económicas y Nuevos Actores en la Agroindustria: el Caso de la Industria Láctea Argentina", in Seminario Internacional e Integración Regional: la Industria Alimentaria en el Cono Sur Frente a los Nuevos Desafíos. Buenos Aires (Argentina).

- Chalout, Yves (1992), "O Mercado Comum do Sul e seu Complexo Agroindustrial", in SOBER - Trabalhos de Pesquisa - Anais do XXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro (RJ).

- Steelp, Valtér J. & Mattuella, Juvir L. (1992), "Rentabilidade da Agricultura do Sul do País e a Abertura do Comércio Internacional", in SOBER - Trabalhos de Pesquisa - Anais do XXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro (RJ).